

## Sobre ensino superior, favor e compadrio

WALTER LÚCIO DE ALENCAR PRAXEDES\*

O ensino superior brasileiro atual, nas modalidades pública e privada, se estrutura através de duas formas de sociabilidade distintas, muito embora complementares e quase nunca excludentes uma em relação à outra.

Na universidade pública o que solda os relacionamentos entre docentes, servidores e alunos, muito mais profundamente do que a formalidade das regras institucionais, é a relação de troca de favor. O favor gera a dependência da pessoa, que passa a ter suas atitudes toleradas como exceções à regra que atendem ao interesse mútuo e se completa com a cumplicidade entre os agentes. Na universidade pública o favor está presente em todas as instâncias, mesmo que combinado com o mérito acadêmico. É o “toma-lá-dá-cá” do cotidiano, quase sempre disfarçado e, de preferência, nunca explícito. É assim que se criam as identidades dos grupos de pressão e de interesse que tornam privado o que apenas formalmente é público. Alguém se recorda de uma atividade política ou acadêmica relevante que tenha ocorrido no interior das nossas universidades sem resultar do compadrio, do conluio, em suma, da troca de favor?

Max Weber, em sua conferência “A ciência como vocação”, proferida no já distante ano de 1918, alertava para o fato de que “nenhum professor universitário gosta que lhe recordem as discussões sobre nomeação, pois raramente são agradáveis”.

A troca de favor é um traço característico da sociabilidade entre os brasileiros, como nos ensina Roberto Schwarz no descortinado ensaio “As ideias fora do lugar”, que serviu para lembrar-nos de que “...com mil formas e nomes, o favor afetou no conjunto a existência nacional... Esteve presente por toda parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais e menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte etc. Mesmo profissões liberais, como a medicina, ou qualificações operárias, como a tipografia, que, na acepção europeia, não devia nada a ninguém, entre nós eram governadas por ele. E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade e o funcionário para o seu posto.”

O ensaísta se refere ao nosso século XIX, mas alguém pode se levantar para dizer



\* WALTER LÚCIO DE ALENCAR PRAXEDES é Doutor em Educação pela USP e professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá.

que a interpretação acima não se refere à docência universitária na atualidade, tanto no ensino público quanto no privado?

As ideias continuam fora do lugar. Enquanto abraçamos as ideias que propõem as formas mais generosas de sociabilidade, continuamos com a prática do “aos amigos tudo, aos inimigos a lei”. Cabe aqui recordar ao leitor um editorial do jornal *Folha de São Paulo* (13/10/1997): “Sabe-se que, em alguns cursos, muitas defesas de tese são rituais meramente formais, viciados por práticas de favores, compadrio e corporativismo. Hoje, a composição da banca de examinadores é uma atribuição do orientador, que escolhe aqueles que deverão julgar seu orientado. Trabalhos acadêmicos, que deveriam ser apreciados segundo critérios de impessoalidade e mérito, podem continuar subordinados a interesses de grupos e panelas”.

É preciso um parágrafo para lembrar que no ensino privado as indicações, imprescindíveis para o exercício da profissão, e os conluíus internos devem estar submetidos ao resultado do caixa. Quem ingressa no ensino privado, como aluno, professor ou empresário, sabe que está entrando numa relação de compra e venda de serviços educacionais. Esta relação de troca mercantil de equivalentes é que torna possível a atividade de ensino no seu interior.

Levando-se em consideração que a autonomia da pessoa, a universalidade da lei, a cultura desinteressada e a remuneração objetiva não estão entre as opções realmente existentes, o que é melhor, troca de favores ou de equivalentes monetários?

Trocar favor pode parecer uma opção mais atraente, ainda mais porque é uma forma de sociabilidade que está presente no nosso inconsciente colonial. As relações mercantis, como nos ensina Marx, transformam os relacionamentos humanos em simples troca de mercadorias.

Entre o céu da proteção do grupo e o inferno da competição do mercado pode haver muito mais do que vã sociologia. Pode haver a respeitabilidade apenas aparente daquele que faz parte do grupo dos escolhidos para ingressar na universidade bem pouco pública; ou a alegria passageira daquele que se entrega ao canto das sereias do sucesso no mercado educacional. Muito melhor seria a superação de ambas as formas de sociabilidade, ou pelo menos da hipocrisia que nos faz agarrar a uma ou à outra como tábua de salvação e única verdade.

Parafraseando André Gide, resta desculpar-me reconhecendo que tudo isso já foi dito, mas, como ninguém escuta, é preciso repetir sempre.